

AES Brasil Operações S.A.

**Demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2020, 2019 e 2018**

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Operações S.A. (Nova razão social da Southern Electric Brasil
Participações Ltda.)
Bauru – SP.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AES Brasil Operações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Brasil Operações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de maio de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6


Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	40	47	17
Investimentos de curto prazo	4	1.858	1.882	1.497
Tributos a recuperar	5	3	7	40
Seguro pago antecipadamente		14	15	13
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		1.915	1.951	1.567
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Tributos a recuperar	5	239	258	619
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		239	258	619
TOTAL DO ATIVO		2.154	2.209	2.186
	<u>Notas</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores		-	13	-
Outros tributos a pagar		-	1	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		-	14	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social	8	2.357	2.357	2.357
Prejuízos acumulados		(203)	(162)	(171)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.154	2.195	2.186
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.154	2.209	2.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ações)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Gerais e administrativas	9	(91)	(96)	(88)
TOTAL DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS		(91)	(96)	(88)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	10	54	111	111
Despesas financeiras	10	(4)	(4)	(4)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO		50	107	107
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(41)	11	19
Contribuição social	6	-	(1)	-
Imposto de renda	6	-	(1)	-
TOTAL DOS TRIBUTOS		-	(2)	-
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(41)	9	19
Quantidade de ações		2.356.634	2.356.634	2.356.634
(Prejuízo)/Lucro por ação		(0,02)	0,00	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(41)	9	19
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(41)	9	19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (não auditado)	2.357	(190)	2.167
Lucro líquido do exercício	-	19	19
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.357	(171)	2.186
Lucro líquido do exercício	-	9	9
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.357	(162)	2.195
Prejuízo do exercício	-	(41)	(41)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.357	(203)	2.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais:			
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(41)	9	19
Ajustes para conciliar o (prejuízo) lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
PIS e COFINS sobre receita financeira	10 2	5	5
Atualização de créditos tributários	10 (5)	(14)	(22)
Receita de aplicação financeira em investimento de curto prazo	10 (51)	(101)	(92)
Outras receitas financeiras	10 -	(1)	(2)
	<u>(95)</u>	<u>(102)</u>	<u>(92)</u>
Varição de ativos e passivos operacionais	49	75	43
Restituição de imposto de renda e contribuição social	32	422	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	71	88	105
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(14)	(19)	(21)
Pagamento de seguros	(57)	(58)	(53)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(14)	406	(18)
(Aplicações) Resgates de investimentos de curto prazo	7	(376)	(22)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	7	(376)	(22)
Varição no caixa líquido da Empresa	(7)	30	(40)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	47	17	57
Saldo no final de caixa e equivalentes de caixa	40	47	17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
1. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(91)	(98)	(88)
Serviços de terceiros	(37)	(42)	(32)
Outros custos operacionais	(54)	(56)	(56)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	(91)	(98)	(88)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(91)	(98)	(88)
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	56	116	116
Receitas financeiras	56	116	116
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(35)	18	28
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(35)	18	28
Tributos (Governos)	2	5	5
Federais	2	5	5
COFINS	2	5	5
Remuneração de capital de terceiros	4	4	4
Juros	4	4	4
Remuneração de capitais próprios	(41)	9	19
Prejuízos/Lucros retidos	(41)	9	19

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Southern Electric Brasil Participações Ltda. era uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 14 de setembro de 1994, com sede na Rodovia SP 294 - Comandante João Ribeiro de Barros, Km 348, Distrito Industrial Claudio Guedes Misquiati, sala 07, na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, Brasil, que tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. Conforme divulgado na nota explicativa de evento subsequente nº 11, em 24 de abril de 2021, houve transformação do tipo jurídico da Companhia, mudando de sociedade por quotas de responsabilidade limitada para sociedade por ações de capital fechado, sob denominação de AES Brasil Operações S.A. (“Companhia”).

Plano operacional para continuidade dos negócios da Companhia

Essas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A Administração, tendo por base projeções de fluxo de caixa dos próximos doze meses e considerando o baixo nível de compromissos de curto prazo previstos e seu nível atual de disponibilidades, entende que não haverá insuficiência de caixa no curto prazo.

Atualmente a Companhia não detém participação em outras sociedades.

Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desaceleração relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia, portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações desta Companhia.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, foi criado um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 11 de maio de 2021, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na proposta da Diretoria, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação das sócias.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda Funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Alteração do encerramento do exercício social

Em dezembro de 2020, a Companhia decidiu alterar o encerramento do exercício social de 31 de julho para 31 de dezembro de cada ano. Em função da alteração, para manter comparabilidade das informações, retroagiu as informações das demonstrações contábeis de 01 de janeiro de 2018, mantendo assim as informações auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Caixa e equivalente de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

O caixa e equivalentes de caixa estão mensurados pelo custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como avaliados a valor justo por meio do resultado. Os juros e correção monetária, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve diferença significativa entre o valor das aplicações financeiras ajustado pelos juros e correção monetária e o seu valor justo, portanto não houve ganho ou perda apurado.

3.2 Provisões

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não existem processos judiciais com probabilidade de perda e consequente desembolso de caixa avaliados como provável, portanto, nenhuma provisão foi constituída para esse tema.

3.3 Impostos

(a) Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e eventuais incertezas relacionadas são refletidas na apuração.

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A Companhia não registra impostos diferidos sobre créditos fiscais, enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados futuros que garanta a realização desses créditos. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

3.4 Novos pronunciamentos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia avaliou os efeitos dos novos pronunciamentos, inclusive CPC 06(R2)/IFRS 16 e CPC 47/IFRS 15, e concluiu que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

Em relação ao CPC 48/IFRS 9, a Administração da Companhia concluiu que a adoção desse novo pronunciamento não trouxe efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, apenas resultou em alteração das categorias de ativos e passivos financeiros, conforme descrito abaixo. Vide nota explicativa nº 11.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

<u>Caixa e Equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Numerário disponível	40	47	17
Total	40	47	17
<u>Investimentos de curto prazo (i)</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
CDB-DI	1.858	1.882	1.497
Total	1.858	1.882	1.497
Total geral	1.898	1.929	1.514

(i) Os saldos de investimentos de curto prazo estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem perda significativa de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a produtos de renda fixa oferecidos pelos bancos, remunerados à taxa média de 98,77% em 31 de dezembro de 2020 (98,28% em 31 de dezembro de 2019 e 97,04% em 2018) do Certificado do Depósito Interbancário (CDI).

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

A composição do saldo de imposto de renda e contribuição social compensáveis está demonstrada a seguir:

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
CIRCULANTE			
Imposto de renda retido na fonte	3	7	39
Contribuição social	-	-	1
Total	3	7	40
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda (i)	238	256	618
Contribuição social	1	2	1
Total	239	258	619
Total Geral	242	265	659

(i) O saldo de R\$ 238 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 256 em 31 de dezembro de 2019 e R\$618 em 2018) refere-se a créditos de saldo negativo oriundos de IRRF sobre rendimentos de aplicação financeira e recolhimento de estimativas mensais, referentes aos exercícios de 2018, 2019 e 2020. Os créditos constituídos têm atualização monetária pela SELIC.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:						
Na rubrica de tributos sobre o lucro:						
Correntes	-	-	(1)	(1)	-	-
Total	-	-	(1)	(1)	-	-
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:						
Resultado antes dos tributos	(41)	(41)	11	11	19	19
Subtotal	(41)	(41)	11	11	19	19
Reversão das Provisões Não - Dedutíveis	-	-	-	-	(15)	(15)
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	-	-	(3)	(3)	(5)	(5)
Base de cálculo	(41)	(41)	8	8	(1)	(1)
Alíquotas nominal	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional	10%	-	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	(1)	(1)	-	-

A Companhia não registra impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que não são base para impostos diferidos ativos, conforme segue:

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo Fiscal	1.828.471	1.828.430	1.828.433
Base Negativa Contribuição Social	1.832.491	1.832.450	1.832.453

A Companhia pretende reconhecer o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, respectivamente, somente quando houver expectativa de gerar lucros tributáveis futuros.

7. PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015. Ao longo de toda discussão judicial, a Companhia vem efetuando o pagamento destes débitos via compensação administrativa, com seus créditos de tributos federais. Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. Com a pacificação da matéria, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos entende que este processo será concluído até 2021. As compensações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 estão deduzindo as receitas financeiras (vide nota explicativa nº 10).

Não há provisão relativa a esse processo, pois os passivos estão sendo integralmente compensados pelos créditos fiscais.

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor e de R\$2.357 (R\$2.357 em 31 de dezembro de 2019 e 2018). Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, estava representado conforme segue:

	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações ordinárias						
AES SEB Holdings (Delaware) LLC	-	-	2.356.633	99,99	2.356.633	99,99
AES SEB Holdings Limited	-	-	1	0,01	1	0,01
Cemig II CV	2.356.634	100,00	-	-	-	-
Total das ordinárias	2.356.634	100,00	2.356.634	100,00	2.356.634	100,00

Em janeiro de 2020, as antigas quotistas AES SEB Holdings (Delaware) LLC e AES SEB Holdings Limited cederam e transferiram a totalidade das quotas de sua titularidade para a nova sócia Cemig II CV. Cada quota foi transferida pelo valor nominal de R\$1, totalizando R\$ 2.357.

O estatuto social da Companhia estabelece: (i) 5% para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei; (ii) 5% para o pagamento do dividendo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) mediante proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal (se em funcionamento), o saldo remanescente do lucro será destinado à reserva de lucros, observado o parágrafo abaixo, e/ou distribuído aos acionistas, conforme aprovado pela Assembleia Geral. Este saldo remanescente do lucro terá a sua destinação integral proposta nas demonstrações contábeis, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deve ser obrigatoriamente acompanhada de proposta orçamentária previamente aprovada pela Diretoria.

A reserva de lucros estatutária terá a finalidade de reforço de capital de giro e/ou financiamento da expansão e desenvolvimento das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos ou aquisição de novas sociedades. O saldo da reserva de lucros estatutária não poderá ultrapassar o valor do capital social conforme o disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Atingindo esse limite, a administração deverá propor à Assembleia Geral a aplicação do excesso na integralização ou aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia destinou o prejuízo ou lucro líquido do exercício, conforme aplicável, para a rubrica de prejuízos acumulados.

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Seguros	(53)	(54)	(53)
Honorários advocatícios	-	(21)	(2)
Consultorias	(34)	(17)	(27)
Outros	(4)	(4)	(6)
Total	(91)	(96)	(88)

Remuneração da administração:

Considerando que a Companhia é uma sociedade não operacional, atualmente não há remuneração à Administração.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras			
Receita de aplicação financeira	51	101	92
Atualização de créditos tributários	5	14	22
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2)	(5)	(5)
Outras receitas financeiras	-	1	2
Subtotal	54	111	111
Despesas financeiras			
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(4)	(4)	(4)
Subtotal	(4)	(4)	(4)
Total do resultado financeiro	50	107	107

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O CPC 48/IFRS 9 introduziu novas exigências para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) e contabilidade de hedge. A Administração da Companhia concluiu que a adoção desse novo pronunciamento não trouxe efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis, apenas resultou em alteração das categorias de ativos e passivos financeiros, conforme descrito abaixo.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

ATIVO (Circulante e não circulante)	Notas	Mensuração do valor justo	31.12.2020		31.12.2019		31.12.2018		Categoria CPC 48	Categoria CPC 38
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	40	40	47	47	17	17	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Investimentos de curto prazo	4		1.858	1.858	1.882	1.882	1.497	1.497	Valor justo por meio do resultado	Disponíveis pra venda
Total			1.898	1.898	1.929	1.929	1.514	1.514		
PASSIVO (Circulante e não circulante)										
Fornecedores			-	-	13	13	-	-	Custo amortizado	Custo amortizado
Total			-	-	13	13	-	-		

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco para o nível 3.

Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(a) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos *ratings* nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings (Fitch)*, *Moody's* ou *Standard & Poor's (S&P)* para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

A exposição máxima ao risco do crédito, em 31 de dezembro de 2020, é a seguinte:

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e equivalentes de caixa	40	47	17
Investimentos de curto prazo	1.858	1.882	1.497
Total da exposição	1.898	1.929	1.514

(b) Riscos de mercado

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em certificados de depósitos bancários com liquidez diária e rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia ao risco de taxa de juros, em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, é:

	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2018
Investimentos de curto prazo	1.858	1.882	1.497
Total da exposição	1.858	1.882	1.497

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia atualmente não possui fonte de recebimento de caixa por não apresentar operações. Como forma de mitigar seu risco de liquidez, a Companhia possui uma política de gerenciamento de caixa, incluindo determinação de saldo mínimo de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade de recursos financeiros.

12. EVENTO SUBSEQUENTE

Alteração do contrato social

Em 05 de maio de 2021, houve a 36ª alteração do contrato social, com as seguintes deliberações:

- (i) Transformação do tipo societário, de Ltda. para S.A., passando a denominação para Southern Electric Brasil Participações S.A.;
- (ii) Alteração da razão social de Southern Electric Brasil Participações S.A. para AES Brasil Operações S.A.;
- (iii) As 2.356.634 (dois milhões, trezentas e cinquenta e seis mil e seiscentas e trinta e quatro) quotas que atualmente compõem seu capital social serão substituídas por

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 2.356.634 (dois milhões, trezentas e cinquenta e seis mil e seiscentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas à Sócia Única;
- (iv) Eleição dos novos diretores Clarissa Della Sadock Accorsi e Carlos Renato Xavier Pompermaier, para os cargos de Diretora Presidente e Diretor Vice-Presidente, respectivamente.
 - (v) Aprovação de um estatuto social
 - (vi) Remuneração da administração - A remuneração global dos administradores da Sociedade para o próximo exercício social será fixada oportunamente, observado o disposto no Estatuto Social.
 - (vii) Determinação do Diário Oficial do Estado de São Paulo e o jornal Valor Econômico para serem os jornais de grande circulação para as publicações legais.

Hugo Satoru Nagae
Contador
CRC: 1SP329701/O-6

Pedro Vitagliano Teixeira
Gerente de Controladoria

Ítalo Tadeu de Carvalho Freitas Filho
Diretor

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora